

PORTARIA Nº 417-EME, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017.

Aprova a Diretriz para as Promoções de Oficiais de Carreira das Armas, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência (EB20-D-01.056).

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inciso I, letra a) e o art. 5º, inciso VIII, do Regulamento do Estado-Maior do Exército (R-173), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 514, de 29 de junho de 2010, ouvido o Departamento-Geral do Pessoal, resolve:

Art. 1º Aprovar a Diretriz para as Promoções de Oficiais de Carreira das Armas, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência, que com esta baixa.

Art. 2º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar as Portarias do Estado-Maior do Exército nº 257, de 14 de outubro de 2015, e nº 490, de 5 de dezembro de 2016.

DIRETRIZ PARA AS PROMOÇÕES DE OFICIAIS DE CARREIRA DAS ARMAS, DO QUADRO DE MATERIAL BÉLICO E DO SERVIÇO DE INTENDÊNCIA (EB20-D-01.056)

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º Esta Diretriz tem a finalidade de estabelecer o processo de promoções de oficiais de carreira das Armas, do Quadro de Material Bélico (QMB) e do Serviço de Intendência (SvInt), possibilitando ao Estado-Maior do Exército (EME):

I - controlar o tempo médio de permanência nos postos, permitindo os ajustes pontuais que se fizerem necessários;

II - regular o fluxo de promoções, obtendo-se efetivos compatíveis com as necessidades do Exército;

III - elaborar o planejamento, de curto e médio prazos, do fluxo de carreira das turmas de formação; e IV - orientar o trabalho do Departamento-Geral do Pessoal (DGP) na definição dos limites para organização dos quadros de acesso e apuração do número de vagas para as promoções.

CAPÍTULO II CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

Art. 2º Com a finalidade de orientar o entendimento do processo de promoções, são estabelecidas as seguintes definições:

I - tempo médio de permanência é a média do tempo que os militares de uma turma devem permanecer em um posto; e

II - a expressão “Turma” refere-se à turma de promoção e designa todos os oficiais incluídos nos limites para a organização dos Quadros de Acesso (QA).

Art. 3º O desenvolvimento de uma carreira regular e ordenada deve permitir o acesso, de um posto a outro, em cada ano, de um número de oficiais adequado e suficiente para manter o fluxo contínuo, regular e seletivo, para proporcionar a constante e equilibrada renovação, necessária à eficiência da Instituição.

CAPÍTULO III DA SISTEMÁTICA DE PROMOÇÕES

Art. 4º A ascensão na carreira do oficial deve ter como parâmetro o tempo médio de permanência em cada posto.

Art. 5º A fim de proporcionar um judicioso aproveitamento dos oficiais no preenchimento dos cargos previstos nas diversas organizações militares e permitir o acesso aos diferentes postos em idades compatíveis com as funções a serem desempenhadas, serão adotados os seguintes tempos médios de permanência:

Postos	No Posto	Como Oficial
AspOf	8 meses	8 meses
2º Ten	1 ano e 4 meses	2 anos
1º Ten	4 anos	6 anos
Cap	8 anos	14 anos
Maj	6 anos	20 anos
TenCel	4 anos	24 anos
Cel	5 anos / 9 anos	29 anos / 33 anos

Art. 6º As promoções para os postos de oficiais subalternos e intermediários serão realizadas apenas pelo critério de antiguidade, em uma única etapa, promovendo todos da turma, desde que satisfaçam os requisitos de acesso.

Art. 7º As promoções aos postos de oficial superior serão realizadas pelos critérios demeritório e de antiguidade, obedecendo-se as proporcionalidades estabelecidas no Regulamento da Lei de Promoções de Oficiais da Ativa das Forças Armadas (RLPOAFA).

Art. 8º As promoções aos postos de major e tenente-coronel de uma determinada turma serão feitas em 4 (quatro) etapas consecutivas, evitando que parcela de uma turma seja ultrapassada por oficiais da turma subsequente.

Art. 9º Na promoção a coronel poderão ocorrer ultrapassagens por oficiais de turmas subsequentes.

Art. 10. O quadro a seguir apresenta as datas das promoções para cada etapa e os respectivos percentuais aproximados da turma abrangida para as promoções aos postos de oficial superior:

Promoção ao posto de	Data de Promoção			
	30 ABR / A	31 AGO / A	25 DEZ / A	30 ABR / A+1
Cel	25%	30%	Até 30%	(*)
TenCel	25%	30%	30%	Remanescentes
Maj	25%	30%	30%	Remanescentes

(*) Os remanescentes das promoções a Cel concorrerão às promoções nos QA subsequentes.

§ 1º As frações que resultarem da aplicação dos percentuais estabelecidos neste artigo serão arredondadas para o inteiro superior mais próximo, não devendo ultrapassar o efetivo da turma, nem o quantitativo de vagas anual previsto.

§ 2º Os percentuais estabelecidos neste artigo deverão ser aplicados no universo da nova turma, sem considerar os remanescentes das turmas anteriores.

§ 3º Os percentuais definidos no parágrafo anterior poderão sofrer variações para que se cumpram as proporcionalidades estabelecidas no RLPOAFA.

Art. 11. O efetivo da turma prevista para as promoções a oficial superior, utilizado para os cálculos do número de vagas, será aquele existente quando da fixação dos limites quantitativos de antiguidade para as promoções da primeira etapa da turma, conforme o Anexo desta Diretriz, não computados os militares:

- I - julgados incapazes definitivamente para o serviço do Exército;
- II - em processo de reforma;
- III - em gozo de licença que acarreta perda de tempo de serviço; e
- IV - remanescentes, formados em turmas anteriores.

§ 1º O efetivo total a ser promovido para cada posto de oficial superior será calculado, uma única vez, até fevereiro do ano A, considerando os oficiais da turma no universo de cada Arma, do QMB ou do Sv Int.

§ 2º Os casos excepcionais analisados pela Comissão de Promoção de Oficiais (CPO), que resultarem na necessidade de acréscimos ou decréscimos de vagas em determinada data de promoção, serão sempre compensados na promoção seguinte.

Art. 12. Para a publicação do número de vagas nos diferentes postos em cada promoção, será subtraído o número de vagas relativo aos militares agregados (não numerados) em cada Arma, Quadro ou Serviço, objetivando evitar que militares sejam promovidos além do quantitativo calculado pelos percentuais estabelecidos nesta Diretriz.

CAPÍTULO IV PRESCRIÇÕES DIVERSAS

Art. 13. Os oficiais abrangidos pelos limites quantitativos de antiguidade divulgados pela CPO, que se encontrarem impedidos de ingressar em Quadro de Acesso, por qualquer motivo, serão analisados pelos relatores como se não estivessem impedidos, terão sua pontuação calculada e serão posicionados no respectivo universo. Ao final dos trabalhos será feita uma observação no relato, destacando os nomes dos oficiais e seu posicionamento como se não estivessem impedidos.

Art. 14. Sempre que julgar necessário, o EME adotará medidas corretivas para manter a continuidade, a regularidade e a seletividade do fluxo de promoções dos oficiais, considerando, entre outros aspectos, os tempos médios de permanência previstos e os efetivos das turmas de formação de cada Arma, do QMB e do Sv Int.

- O - O - O -

ANEXO - PREVISÃO DAS PROMOÇÕES DE OFICIAIS POR TURMA

OFICIAIS DAS ARMAS, DO QMB E DO SvINT

ANO	INÍCIO DAS PROMOÇÕES AO POSTO DE					
	CEL	TEN CEL	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN
	ABR	ABR	ABR	DEZ	DEZ	AGO
	TURMAS					
2018	94	98	04	12	16	17
2019	95	99	05	13	17	18
2020	96	00	06	14	18	19
2021	97	01	07	15	19	20
2022	98	02	08	16	20	21
2023	99	03	09	17	21	22
2024	00	04	10	18	22	23
2025	01	05	11	19	23	24
2026	02	06	12	20	24	25
2027	03	07	13	21	25	26
...

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1981. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

_____. Lei nº 5.821, de 1º de novembro de 1972. Lei de Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas (LPOAFA).

_____. Decreto nº 3.998, de 5 de outubro de 2001. Regulamenta, para o Exército, a Lei de Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas (RLPOAFA).

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. Portaria do Comandante do Exército nº 659, de 14 de novembro de 2002. Fixa os interstícios para fins de ingresso em Quadro de Acesso.

_____. Exército Brasileiro. Portaria do Comandante do Exército nº 514, de 29 de junho de 2010. Aprova o Regulamento do Estado-Maior do Exército (R-173).

_____. Exército Brasileiro. Portaria do Comandante do Exército nº 1.521, de 19 de dezembro de 2014. Aprova as Instruções Gerais para Promoção de Oficiais da Ativa do Exército (EB10-IG-02.001).

_____. Exército Brasileiro. Portaria do Comandante do Exército nº 102, de 10 de fevereiro de 2017. Delega competência para a prática de atos administrativos e dá outras providências.

_____. Exército Brasileiro. Portaria do Estado-Maior do Exército nº 110, de 9 de novembro de 2000. Aprova as Normas para a Gestão das Carreiras dos Militares do Exército.

Boletim do Exército nº 40, de 6 de outubro de 2017.